

João Batista Araújo
e Oliveira *

Depois dos Cieps, o modelo sueco. A recente proposta do governador do Rio de Janeiro contém dois elementos centrais. De um lado, uma escola sem reprovação. De outro, a idéia de que essa escola teria como função principal educar, e não ensinar.

A proposta não nos teria chamado a atenção se não estivesse publicada na mesma edição de um jornal carioca na qual o Ministro da Infra-Estrutura discorria sobre Previdência Social, enquanto o Ministro da Saúde lançava a idéia de um programa federal de construções (escolares?) que, segundo ele, teria recebido os aplausos dos maiores especialistas internacionais em educação. Seria uma mera inversão de papéis? Ou será que realmente as idéias andam fora do lugar?

Comecemos pela proposta do governador, que tem prestado um grande serviço ao país colocando a educação no centro de suas preocupações e de seu discurso. Seria até desumano combater a sua idéia central, ou seja, a de que a escola proporcione aos alunos aquilo que a sociedade lhes nega, incluindo banho e comida. No entanto, o problema central do Cieps, tal como concebido, é o seu alto custo. A conta é simples: essa modalidade de atendimento vem custando entre 1.500 e 2.500 dólares por ano, ou seja, praticamente o valor da renda per capita do país. Seria preciso mais do que um orçamento de que não dispõe o Rio para colocar todos os fluminenses em Cieps. Isso supondo uma utilização máxima das instalações — o que é difícil de se imaginar, tendo em vista o tamanho fixo das

unidades e os critérios de localização, que nem sempre estão de acordo com a demografia. Esses dois fatores inviabilizam tais propostas como irrealistas. Na prática, acaba se criando um subsistema dentro de outro muito mais amplo, e que fica sem solução. Daí a idéia de metas (100, 500, 5.000 Cieps), sem se cuidar de uma solução global e viável para a questão da escola. Será que o Brasil não consegue equacionar esse problema?

A outra proposta do governador, de uma escola sem reprovação, também tem grande mérito. Afinal, a escola brasileira repreva muito mais do que seria justificável, e, pior, não cria as condições para que aumente o nível de aprendizagem que levaria à aprovação. Os pesquisadores Sérgio Costa Ribeiro e David Fletcher têm denunciado com dados irrefutáveis os efeitos maleficos da pedagogia da reprovação. Mas o governador sugere que a escola — nos moldes de algo que ele teria visto na Suécia — não tivesse o ensino como sua preocupação maior. Sua função seria proporcionar educação: nem seria essencial que os alunos aprendessem português e matemática. Não se trata apenas de uma questão de semântica, mas de uma proposta que parece dar prioridade à assistência social e a outras atividades supostamente educativas, e não às tarefas próprias da escola. Ai a coisa complica.

Primeiro, na Suécia não é assim. Meias verdades são piores do que mentiras inteiras. A Suécia é o país pioneiro no uso de avaliação escolar. De lá, com o apoio do Banco da Coroa, Torstén Hussen tornou-se o pioneiro na prática de asferição escolar, e criou posteriormente o Instituto Internacional de Avaliação Educacional, instituição de que se valem todos os países desenvolvidos para cali-

brar, periodicamente, os resultados de seus alunos e a qualidade de seus sistemas escolares.

Segundo, como se pode conceber uma escola que educa, se ela nem mesmo se propõe a ensinar, nem considera o ensino como sua atividade principal? Seria educar para conviver com o fracasso? Uma pedagogia do fracasso com carimbo, diploma e firma reconhecida? Até os Estados Unidos, que embarcaram nessa canoa furada da promoção automática pura e simples, estão voltando atrás, e adotando os moldes europeus de avaliação escolar. Não reprovar é uma coisa — com a qual os educadores poderiam concordar. Mas isso é diferente de não ensinar, de não aferir conhecimentos, de não exigir qualidade e aprendizagem. Afinal é para isso que existem escolas, para assegurar o domínio da língua e dos instrumentos do raciocínio que permitem o verdadeiro exercício da cidadania.

Terceiro, é possível lidar com os problemas escolares, mesmo de alunos carentes. Em Cingapura, por exemplo, os alunos com dificuldades têm a opção de se engajarem num currículo mais restrito, com mais tempo para aprenderem, e com pedagogias apropriadas. Os conteúdos essenciais, no entanto, são sagrados. Ao final do curso, esses alunos sabem tanta língua e matemática quanto os demais. No próprio Brasil há tentativas sérias, tanto no setor público quanto no setor privado, de oferecer escolas boas para alunos pobres, e os resultados são encorajadores. Ou seja: o pretexto de que há outros problemas sociais não justifica abandonar os objetivos centrais da escola. A não ser, é claro, que haja outras razões.

Mas deixemos de lado as novas idéias do governador e examinemos a interven-

ção do ministro da Saúde. Será que os especialistas internacionais que teriam elogiado seu empreendimento sabem que no Brasil há mais vagas em escolas do que há alunos de sete a 14 anos? Que em média o brasileiro precisa de 23 anos para completar a oitava série? Que a maioria dos brasileiros atualmente frequenta 8,5 anos de escola, mas em média consegue concluir apenas a terceira série, por causa da má qualidade do ensino — e não da falta de prédios? Afinal, que problema pretende Sua Exceléncia resolver? O dos meninos de rua? Mas será que é por aí, espalhando prédios pelo Brasil afora?

O estaria o ministro criando uma Escollorbrás? Aliás, por que será que as autoridades evitam a palavra escola? Ora é Ciep, ora é Ciac. Por que tantos eufemismos? Ou realmente não se quer atacar de frente a questão da escola? Até dá para lembrar aquela personagem de Cem anos de solidão, que tinha tanta vergonha de se referir às suas mazelas ginecológicas que acabava sendo tratada pelos seus médicos invisíveis das doenças mais extravagantes e pelas vias mais imprevisíveis! Bem que García Marquez dizia que na América Latina só a realidade consegue ser ainda mais absurda do que a ficção. Minha gente, isso é uma loucura!

São medidas dessa natureza que têm contribuído para levar o Brasil rumo ao 4º mundo, pela falência de seu sistema educacional. É importante que alguém denuncie a sandice, e informe urgentemente às mais altas autoridades do país que tudo isso é uma grande loucura. A competência educacional de um país não se mede por metros quadrados de construção nem por pareceres de desconheci-

das autoridades internacionais, mas sim pelo desempenho escolar das crianças e dos jovens. Esta sim, a lição que deveríamos trazer da Suécia.

Hélio Jaguaribe já deu seu recado ao presidente da República, quando diz que a equipe da área econômica é competente, a equipe da área social não é competente, e que a equipe da área educacional é totalmente incompetente.

Se a equipe econômica é realmente competente, ela deve saber da importância da educação para o desenvolvimento econômico e o futuro do país. O IBGE, que funciona dentro do Ministério da Economia, pode fornecer os dados sobre a relação entre vagas e alunos. O Ipea possui pessoal capaz de informar sobre o comportamento dos custos nos vários tipos de escola, de fazer contas simples de multiplicação para ver se dá para pagar a conta, bem como possui condições de fazer propostas concretas sobre o papel que cabe ao governo federal no campo educativo. Também não é difícil obter nomes, endereços e telefones de pessoas na Suécia, para dirimir dúvidas sobre a educação naquele país.

Por mais horror que o governador Brizola e eu tenhamos à pedagogia da repetência, é preciso reprovar essas idéias. Mas que também não vénhamos adotar, por decreto, a pedagogia do fracasso. Cada instituição com a sua vocação. O problema dos meninos de rua e a falta de um projeto nacional de educação não podem ser silenciados por uma política federal na base da argamassa. Cabe à equipe econômica provar se passa no teste.